

# Reforma Agrária - quem é quem na Constituinte

FOLHA DE SÃO PAULO ANC - PAG. 14 JOSÉ GOMES DA SILVA

7 MAR 1987

**A** Folha publicou (19 de janeiro) um interessante caderno mostrando o perfil político dos 559 parlamentares que serão responsáveis pela redação da Constituição brasileira. Na mesma matéria, a reforma agrária é incluída entre os seis temas maiores que deverão polarizar as discussões da Constituinte. Nasce daí o interesse em tentar detectar qual poderia ser a tendência dos deputados e senadores em relação ao controverso processo de mudança da estrutura agrária.

Em primeiro lugar, ao analisar os resultados das eleições de 15 de novembro, é preciso registrar que os resultados não foram de todo desfavoráveis aos que defendem a mudança da estrutura agrária brasileira. Traçando com o tipo adotada pela Folha, se as teses relativas à reforma forem rejeitadas pelas frações da "direita" e da "centro direita" e o apoio vier da "esquerda" e do "centro esquerda", a disputa em votos nominais se fará com uma maioria não muito expressiva em favor da primeira corrente, de 35,7% contra 31,8%. Todo o espaço do chamado "centro", respondendo por 32,3% do total, ficará aberto à

capacidade de mobilização e convencimento das lideranças de um e outro grupo. Em avaliações feitas com dados de outras fontes, os resultados têm sido ainda um pouco mais favoráveis.

Na nova composição do Senado Federal existe também motivos de alento, com a presença, agora, de figuras histórica e efetivamente comprometidas com as lutas populares em favor da reforma agrária, como Mansueto de Lavor de Pernambuco, Dirceu Carneiro de Santa Catarina, Márcio Lacerda de Mato Grosso e Pompeu de Souza do Distrito Federal, entre outros. Adotando o mesmo critério aqui mencionado, a composição do novo Senado Federal apresenta uma ligeira melhoria em relação à "esquerda" (29% contra 19%) e ao "centro" (36% contra 27%), mas uma grande modificação com respeito à direita que caiu de 54% no atual plenário para apenas 35% no novo Senado congressional-constituinte.

É preciso levar em conta, também no caso da questão agrária, que extremados da direita como Sérgio Cardoso de Almeida, foram derrotados em 15 de novembro, enquanto

progressistas com grande capacidade de articulação de favor da reforma (Plínio de Arruda Sampaio entre eles) estarão presentes na Constituinte. Os três nomes que aparecem no Caderno Especial da Folha, com posições divergentes das de Plínio (Cardoso Alves, Afif Domingos e Paulinelli), embora consagrados nas urnas e apoiados pela UDR (segundo o jornal) deverão estar muito ocupados com outros interesses conservadores para polarizarem sua atuação na questão da reforma.

Muito embora os governadores não votem na Constituinte, não deve ser subestimada a sua capacidade de influência na elaboração da nova Carta. A reunião recente do PMDB para fixar a posição do partido é uma demonstração do importante papel que os chefes dos executivos estaduais irão desempenhar nessa e noutras etapas do processo político. A tabulação respectiva permite colocar três deles à "esquerda", um à "direita" e treze no "centro", o que é uma distribuição bastante mais favorável (à eventual reforma) que a do atual quadro de governadores em fim de mandato.

Finalmente, cabe examinar a posi-

ção do partido majoritário, o PMDB. Aqui, além do recente posicionamento em favor da reforma agrária subscrito pelos seus governadores eleitos e pela liderança partidária, é preciso levar em conta a necessidade que tem o partido de resgatar seus compromissos com as causas populares, seriamente abalados com os episódios da Constituinte congressional, das eleições em um só turno e dos tropeços com o Plano Cruzado. A análise dos dados da Folha quando feita apenas em relação a esse partido, permite verificar que 42% dos seus integrantes na Constituinte (Câmara e Senado) são classificados na tendência política simpática à reforma, 17% na facção contrária e 41% no centro maleável. Uma nova decepção com o partido de Ulysses, como a que poderá advir do fracasso ou omissão no cumprimento do compromisso solenemente assumido, será a porta que pavimentará o caminho para o futuro "arenão" de que tanto têm falado os analistas políticos.

JOSÉ GOMES DA SILVA, 62, é engenheiro agrônomo e fazendeiro; foi secretário da Agricultura e Abastecimento do governo do Estado de São Paulo e presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).